

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM CACHOEIRA DO
SUL: AS PERCEPÇÕES DOS GESTORES DESSE
PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA**

ARTIGO DE ESPECIALIZAÇÃO

SÉRGIO AUGUSTO RAMOS DOS SANTOS JUNIOR

CACHOEIRA DO SUL, RS, BRASIL

2014

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Ciências Administrativas
Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal

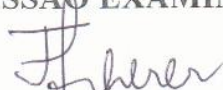
A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o artigo científico de Especialização

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM CACHOEIRA DO
SUL: AS PERCEPÇÕES DOS GESTORES DESSE
PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA**

elaborado por
Sérgio Augusto Ramos dos Santos Junior

como requisito parcial para obtenção do Grau de
Especialista em Gestão Pública Municipal

COMISSÃO EXAMINADORA


Flávia Luciane Scherer, Dra.
(Presidente/Orientadora)


Cláudia Maffini Gomes, Dra. (UFSM)


Vânia Medianeira Flores Costa, Dra. (UFSM)

Cachoeira do Sul, 19 de Julho de 2014.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM CACHOEIRA DO SUL: AS PERCEPÇÕES DOS
GESTORES DESSE PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA**

***FAMILY SCHOLARSHIP PROGRAM IN CACHOEIRA DO SUL: PERCEPTIONS OF
THIS PROGRAM MANAGERS OF TRANSFER INCOME***

**Sérgio Augusto Ramos dos Santos Junior¹
Flavia Luciane Scherer²**

RESUMO

A pesquisa visa apresentar o acréscimo financeiro, por intermédio das análises dos gestores municipais do Programa Bolsa Família (PBF) no município de Cachoeira do Sul. Tem por objetivo identificar a percepção dos gestores do Programa Bolsa Família (PBF) no impacto representativo na economia do município de Cachoeira do Sul. Para atingir esse objetivo realizaram-se essas pesquisas: quanto à abordagem, qualitativa, quanto ao método, a pesquisa de levantamento, quanto a coleta de dados a entrevista semiestruturada. O PBF, programa do governo federal, tem por objetivo a inclusão social das famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza para acesso aos direitos sociais básicos, e a partir dessa perspectiva procurou-se apontar o impacto econômico no município sob os “olhares” dos gestores desse programa, na efetiva aplicação desse recurso na economia da cidade. Sendo que a partir desse programa de transferência de renda os beneficiários recebem benefícios econômicos, ao alavancar o comércio da região, e sociais, ao proporcionar autoestima, autonomia, perspectivas de avanços e respeitabilidade como cidadão.

Palavras-chave: programa bolsa família; percepções; inclusão social.

ABSTRACT

The research aims to present the financial growth, through the analysis of municipal managers of the Family Scholarship Program (PBF) in the municipality of Cachoeira do Sul. It aims to identify the perception of managers of the Family Scholarship Program (PBF) in a significant impact on the economy city of Cachoeira do Sul to achieve this goal were conducted these searches: how to approach qualitative, the method, the survey research, as the data collection semi structured interview. The PBF, a federal government program, aims at social inclusion of families in poverty and extreme poverty to access to basic social rights, and from this perspective we tried to point out the economic impact in the city under the "looks" that program managers in effective implementation of this feature in the city's economy. Since from that income transfer program beneficiaries receive economic benefits by leveraging the region's trade, and social, to provide self-esteem, autonomy, progress and prospects for respectability as a citizen.

Keywords: family allowance program; perceptions; social inclusion.

¹ Possui graduação em Administração pela Universidade Luterana do Brasil - ULBRA. E-mail: sajunior.sajunior@gmail.com

² Possui graduação em Administração pela UFSM, mestrado em Administração pela UFSC e doutorado em Administração pela UFMG. Atualmente é professora pela UFSM e coordenadora do Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas/PPGA/UFSM. PROF. Dra. E-mail: profe.flavia.ufsm@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF), do governo federal, representa um programa de transferência de renda que visa minimizar as diferenças sociais nas famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O PBF é amparado pela Lei nº 10.836 e no Decreto 5.209, sendo o programa criado para a unificação de diversas bolsas e auxílios (SANTOS, 2009, p.103) criadas nos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva.

Essa nova perspectiva de inclusão social das famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, possibilita a mudança no *status* social e econômico em condição de vulnerabilidade e a promoção do acesso aos direitos sociais básicos de saúde e de educação. Nesse enfoque, buscou-se conhecer, na percepção dos gestores, o(s) impacto(s) do programa na renda que esses usuários disponibilizam e investem, e o que representa esse total na economia da cidade de Cachoeira do Sul, em consonância com a proposta desse benefício, de mudar as realidades socioeconômicas das famílias envolvidas.

Diante de tal preocupação de pesquisa, foi estabelecido o objetivo geral:

Identificar a percepção dos gestores do Programa Bolsa Família (PBF) sobre o impacto do referido programa na economia do município de Cachoeira do Sul.

Os Objetivos Específicos foram definidos nos seguintes termos:

- Aprofundar o conhecimento sobre o Programa Bolsa Família (PBF), e a sua realidade em Cachoeira do Sul; e,
- Identificar e descrever a percepção dos gestores sobre a importância do Programa Bolsa Família (PBF) na economia e nas mudanças sociais de Cachoeira do Sul.

O Programa Bolsa Família (PBF) assenta-se sobre a perspectiva de mudança socioeconômica, alterando as realidades das famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Buscou-se, assim, identificar a percepção dos gestores na condução desse programa do governo federal para uma projeção no impulso na economia do município de Cachoeira do Sul, com esse aporte financeiro.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

Como aspecto introdutório do Programa Bolsa Família (PBF) apresenta-se um contexto histórico dos programas de transferência de renda no Brasil, a partir da década de

1970, dos programas produzidos após a Constituição de 1988, chegando ao PBF. Apresentou-se o Cadastro Único (CadÚnico) como porta de ingresso para acessar aos benefícios do PBF, a legislação e as especificidades do programa de transferência direta de renda e os benefícios proporcionados para os beneficiários, que contemplam as condicionalidades (na área de assistência social, educação e saúde) impostas para as vantagens do programa.

2.1 Contextualização histórica

Sendo o Programa Bolsa Família um programa de transferência direta de renda, faz-se necessário um resgate histórico da evolução desse modelo no Brasil, que teve início na década de 1970 com a Renda Mensal Vitalícia (RMV) cujo enfoque estava nos pobres no âmbito da Previdência Social como público-alvo “indivíduos idosos e os portadores de deficiência que, anteriormente, como trabalhadores tivessem contribuído para o sistema de previdência” (ROCHA, 2013, p. 2). A partir da Constituição Federal de 1988 produz avanços significativos, como a Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, onde a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) no seu artigo 203 aponta que a “assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente da contribuição à seguridade social”.

Após algumas experiências regionais, o Programa Bolsa Escola, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) teve a sua federalização com a Lei 9.533, de 10 de dezembro de 1997, segundo Rocha (2013, p. 47) como um “programa de garantia de renda mínima associado a ações socioeducativas” com a frequência mínima de 85% pelos estudantes assistidos, na faixa etária entre 7 a 14 anos, tendo a renda *per capita* de meio salário mínimo (ROCHA, 2013). Após alguns fracassos iniciais, houve o relançamento no primeiro semestre de 2001 do Programa Bolsa Escola, assim como a criação da Medida Provisória 2206-1, de 06 de setembro de 2001, o Programa de Renda Mínima vinculado à saúde, conhecido como Bolsa Alimentação e do Decreto 3.877/2001 do Cadastro Único para os programas sociais do Governo Federal. O Bolsa Alimentação vinculado ao Ministério da Saúde (MS) objetivava a proteção de nutrição e saúde para gestantes, nutrizes e crianças de até 6 anos em família de baixa renda, com renda familiar *per capita* de meio salário mínimo (ROCHA, 2013; BRASIL, 2013).

Criado em 1996, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) tinha o objetivo de proteger crianças e adolescentes dos 7 aos 16 anos do trabalho penoso, pagava um benefício mensal e turno complementar ao de meia jornada escolar e subordinado ao

Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), segundo Rocha (2013, p. 69), a obrigatoriedade da frequência escolar e da jornada ampliada, tinha como objetivo ocupar a criança durante todo o dia, mantendo-a assim afastada e protegida do trabalho. E o Auxílio Gás, que foi criado como compensação monetária a população de baixa renda pela eliminação do subsídio de caráter universal até então implícito no preço do gás de botijão, para famílias de meio salário mínimo *per capita*, com periodicidade a cada dois meses (ROCHA, 2013).

Em 2003, teve a criação do Fome Zero vinculado ao Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar, cujo objetivo era “combater a fome, inclusive no que concerne as suas causas estruturais, que geram a exclusão social” (ROCHA, 2013, p. 81) priorizando os pobres, devido a sua vulnerabilidade, como política social, utilizando como critério para a população alvo a insuficiência de renda. Esse programa não teve estratégias bem definidas e o governo abandonou o Cartão Alimentação do Fome Zero pelo Bolsa Família, criado em outubro de 2003, cujo objetivo era “unificar os programas de rendas preexistentes e envolvia mudanças na administração da política” (ROCHA, 2013, p. 91) melhorando a focalização sobre o público-alvo e população assistida como uma política paliativa para tornar menos adversa as condições de vida dos mais pobres. Em 2004, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para impulsionar o Bolsa Família.

Transferência de Renda	Recurso	Objetivo da garantia de renda
Renda Mensal Vitalícia (RMV)	INPS	Idosos e portadores de deficiência, que contribuíram com o INPS
Programa Bolsa Escola	MEC	Ação socioeducativa com frequência mínima 85%, 7 aos 14 anos, renda <i>per capita</i> de meio salário mínimo.
Programa Renda Mínima (Bolsa Alimentação)	MS	Gestantes, nutrízes e crianças até 6 anos, renda <i>per capita</i> meio salário mínimo.
Programa Erradicação do Trabalho Infantil	MPAS	Proteger do trabalho penoso, crianças e adolescentes dos 7 aos 14 anos, pagamento um benefício mensal.
Auxílio gás	MPAS	Compensação monetária, a cada 2 meses, renda <i>per capita</i> de meio salário.
Fome Zero (Cartão Alimentação)	MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar, combater a fome que geram a exclusão social.
Bolsa Família	MDS	Unificar programas de renda preexistentes

Quadro 1: Programas de Transferência de Renda

Fonte: Adaptado de Rocha (2013)

E assim, visando o aprofundamento do Programa Bolsa Família (PBF) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), norteado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei 8.742, de 1993), com ênfase a proteção social básica, cujo objetivo refere-se em

prevenir situações de riscos por intermédio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, com o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2013).

2.2 Cadastro Único (CadÚnico)

O Cadastro Único representa um instrumento que tabula as famílias que serão atendidas através dos programas sociais do governo federal, em destaque o Programa Bolsa Família (PBF):

O CadÚnico é o instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público (BRASIL, 2009, p. 60).

Desse modo, a única forma de acessar aos benefícios do PBF é através do CadÚnico, que apresenta a formatação das famílias com as características conforme os critérios básicos para a elegibilidade ao programa e recebimento dos benefícios em consonância com a legislação. Isso significa que o cadastramento não provoca o ingresso ao PBF, mas dentro de alguns critérios onde automaticamente o Sistema de Gestão do Benefício, do Ministério do Desenvolvimento Econômico e Social (MDS), recebe as informações cadastradas e classifica as famílias com o embasamento desses dados abastecidos no sistema (BRASIL, 2009; 2013).

As principais informações das famílias cadastradas são (BRASIL, 2009, p. 61): características do domicílio (número de cômodos, tipo de construção, tratamento de água, esgoto, lixo); composição familiar (número de componentes, existência de pessoas com deficiência); identificação e documentação de cada componente da família; qualificação escolar dos componentes da família; remuneração; despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação, outros).

Com base nessas informações as famílias são cadastradas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou com renda total mensal de até três salários mínimos. As informações são reguladas e podem ser utilizadas pelos governos estaduais e municipais para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando o desenvolvimento de políticas sociais³: Decreto nº 6.135/07; Portaria nº 177, de 16 de junho de 2011; Portaria nº 274, de 10 de outubro de 2011; Instruções Normativas nº 1 e nº 2, de 26 de agosto de 2011; Instruções Normativas nº 3 e nº 4, de 14 de outubro de 2011.

³ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Cadastro Único. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>. Acesso: 20 Out 2013.

A Caixa Econômica Federal (CEF) disponibiliza formulários, que são preenchidos pelos gestores municipais, e devem ser arquivados por cinco anos, onde os dados coletados, geram o Número de Identificação Social (NIS), que unifica e integra todos os programas de transferência de renda (BRASIL, 2013).

2.3 Programa Bolsa Família (PBF)

O PBF, instituído pela Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que foi regulamentado pelo Decreto 5.209⁴, de 17 de setembro de 2004, representa um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza no Brasil (BRASIL, 2009, P.58; 2012a, p. 16 - 17) e objetiva a inclusão social das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica e acesso aos direitos básicos de saúde, de educação e de assistência social, sendo as informações registradas pelo ingresso dos beneficiários no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) realizado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Existem alguns condicionantes importantes para a concessão de benefícios no grupo familiar, para reforçar os direitos sociais básicos com enfoque na população mais pobre, conforme segue segundo Santos (2009, p. 104) e Brasil (2009, p. 60):

Educação	Frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos;
Saúde	Acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos; e pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrizes na faixa etária de 14 a 44 anos;
Assistência Social	Frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços socioeducativos para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retirada do trabalho infantil.

Quadro 2: Condicionantes do Programa Bolsa Família

Fonte: Adaptado de Santos (2009) e Brasil (2009)

O intuito do Programa Bolsa Família (PBF) está fundado na eliminação da situação de pobreza e da extrema pobreza (BRASIL, 2012a; BRASIL, 2012b), entre as famílias com renda *per capita* de R\$ 140,00⁵ e de R\$ 70,00, respectivamente, assim, busca-se identificar o

⁴ Os valores foram atualizados pelo Decreto 6.917, de 2009, de acordo com o art. 18 do Decreto 5.209.

⁵ **Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso: 11 Set 2013.

retorno desse investimento do governo federal, no protagonismo dos beneficiários, por intermédio das famílias e o seu poder de compra no mercado de Cachoeira do Sul.

Para ter esse entendimento, buscou-se entrevistar os gestores dos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) e os responsáveis pelo PBF no município. Sendo um programa de transferência condicionada de renda, no mês de agosto de 2013 foram beneficiadas 4.121⁶ famílias, com uma cobertura de 91,1% da previsão das famílias pobres de Cachoeira do Sul, com um valor médio de R\$ 125,22 totalizando R\$ 516.030,00 no mês e uma perspectiva de R\$ 6.192.360 por ano, e onde esse repasse de renda está sendo absorvido na cidade.

2.4 Benefícios Financeiros do Programa Bolsa Família (PBF)

Integrante do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), instituído pelo Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, que produz esforços conjuntos para superar a pobreza extrema, onde estão presentes 16 milhões⁷ de brasileiros com renda per capita inferior a R\$ 70,00 mensais, e tem como estratégia primordial a Busca Ativa para identificar e incluir no Cadastro Único (CadÚnico) e no Programa Bolsa Família (PBF) aqueles usuários pertencentes nessa situação, levando melhores condições no campo das políticas públicas garantindo as políticas sociais efetivando garantia de renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos.

O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2009).

São benefícios do PBF (BRASIL, 2009, p. 58 – 59; 2013, p. 183):

Benefício	Valor mensal	Característica
Básico	R\$ 70,00	Destinados a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza (renda mensal per capita de R\$ 70,00/mês).
Variável	R\$ 32,00 por beneficiário – até o limite de R\$ 160,00 por família.	Destinados a unidades familiares que se encontrem situação de pobreza ou extrema pobreza (família com renda mensal per capita de até R\$ 140) e que tenham em sua composição: nutrízes; gestantes com idade de 14 a 44 anos; crianças entre 0 e 12 anos ou adolescentes até 15 anos, sendo pago até o limite de 3 benefícios por família.
Variável vinculado	R\$ 38,00 por beneficiário –	Destinados a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza (família com renda mensal per capita de até R\$ 140) e que

⁶ **RI Bolsa Família e Cadastro Único.** Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/relatorio_form.php?p_ibge=430300&area=0&ano_pesquisa=&mes_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=153&ms=585,460,587,589,450,448,464,601. Acesso: 11 Set 2013.

⁷ BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Bolsa Família.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso: 22 Out 2013.

ao adolescente	até o limite de R\$ 76,00.	tenham em sua composição adolescentes com idade de 16 a 17 anos matriculados em estabelecimentos de ensino, sendo pago até o limite de 2 benefícios por família.
Variável de caráter extraordinário:		Constitui-se de parcela do valor dos benefícios das famílias remanescentes dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação que, na data da sua incorporação ao Programa Bolsa Família, exceda o limite máximo fixado para o Programa Bolsa Família.

Quadro 3: Valores dos benefícios

Fonte: Adaptado Brasil (2009, p. 59; 2013, 183)

Mensalmente, o governo federal faz o depósito da quantia correspondente às famílias que participam do programa, onde os participantes fazem o saque com cartão magnético, emitido preferencialmente no nome da mulher.

A elegibilidade de cada família com base na Lei 10.836, de 2004, art. 2º e Decreto 5.209, de 2004, Art. 19, com redação dada pelos Decretos 6.917, de 2009, 7.447 e 7.758, de 2012. De acordo com o Quadro 3 verifica-se o valor que é repassado depende do número de integrantes das famílias, com variantes como a idade dos seus membros, as suas rendas, benefícios específicos para famílias com crianças, jovens de até 17 anos e mães com crianças que amamentam (BRASIL, 2009). E dentro dessa perspectiva que a pesquisa pretende responder, a participação do município de Cachoeira do Sul nos valores desses benefícios do PBF.

3 MÉTODO

Para realizar o estudo foi necessária a utilização de metodologias para delinear a pesquisa classificando-se da seguinte forma:

Quanto à abordagem	Qualitativa
Quanto ao objetivo	Exploratória e Descritiva
Quanto ao método	Pesquisa de Levantamento
Quanto à coleta de dados	Entrevista Semiestruturada
Quanto à análise	de Conteúdos
População	Coordenadores do PBF em Cachoeira do Sul

Quadro 4: Tipos de Pesquisa

Fonte: Adaptado Zanella (2009), Hair et al (2005), Gil (2009).

A população da pesquisa foram as coordenadoras dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairros Noêmia, o coordenador do PBF da assistência social e a coordenadora do PBF da SMEd, tendo sido entregues 10 roteiros de entrevistas, com a perspectiva de realizar 05 entrevistas semiestruturadas (apesar das insistentes tentativas, foi possível realizar apenas 3 entrevistas, por motivos alheios ao pesquisador). Nesse roteiro de entrevista semiestruturada continham 10 questões – ver em **ANEXO A**.

Utilizou-se a análise de conteúdo para as informações qualitativas, sendo necessário gravar, degravar, para construir as interpretações das entrevistas semiestruturadas com os gestores municipais envolvidos com o Programa Bolsa Família.

4 RESULTADOS

Os resultados apresentados a seguir são analisados, a partir da entrevista semiestruturada realizada com os coordenadores do Programa Bolsa Família em Cachoeira do Sul para identificar a percepção dos gestores do Programa Bolsa Família (PBF) no impacto representativo na economia do município.

4.1 Coordenação do Centro de Referência em Assistência Social

A Coordenação do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) – Noêmia, sendo essa entrevista semiestruturada realizada em 24 de abril de 2014.

4.1.1 Informações sobre o PBF

O número de usuários no CRAS Noêmia a coordenadora não soube precisar, entretanto apresentou os dados gerais do município que representam 9.930 famílias inscritas no cadastro único (CadÚnico) e com 4.154 beneficiários cadastrados no Programa Bolsa Família (PBF) em Cachoeira do Sul, tendo como referência o mês de janeiro de 2014. Para contribuir, buscou em seus registros as informações de atendimento (contagem mensal) de 266 pessoas (março/2014) e 340 (fevereiro/2014) em atualizações, mudança de endereço, e inserções, novos cadastros, pois o sistema do CRAS não tem essas informações, impossibilitando ao coordenador do município obter esse recorte.

4.1.2 Perspectivas econômicas

Informou, em dados gerais, que circulou em 2013 o valor de R\$ 511.366,00⁸ no município de Cachoeira do Sul, sendo repassado pelo Governo Federal, através do Programa

⁸ Em reportagem de 02 de abril de 2014, o coordenador do programa na cidade, Douglas Borges, informou o valor de R\$ 6.194.142,00. Fonte: LOSS, Patrícia. **Bolsa Família trouxe, em 2013, R\$ 6 milhões para Cachoeira.** Cachoeira do Sul: Jornal do Povo, Economia e Política, p. 6 em 02 abr 2014.

Bolsa Família. E, segundo a coordenação, em informação empírica das famílias, na sua maioria, é gasto em gêneros alimentícios, roupas, materiais escolares, alguns com pagamento de água e luz. Pontuou que no CRAS não tem um programa específico de orientação financeira, mas existem alguns alertas, para compreensão das famílias, sem imposição, para uma compra qualificada. Ainda, pontuou que acontecem algumas denúncias de mau uso do dinheiro recebido pelos beneficiários, porém não há indicativo ou impeditivo nas orientações do PBF para uso do dinheiro, que na sua maioria representam a maior parte da renda das famílias.

A média do benefício está em R\$ 123,00 e considera insuficiente para a garantia das necessidades básicas dessas famílias assistidas e apresenta que o valor está distante do ideal, mesmo informando da importância como complemento de renda, objetivando a melhoria da qualidade de vida, pois ajuda a manter uma residência.

4.1.3 Perspectivas sociais

Considera que o acesso deve estar em emprego/trabalho e renda, nesse entendimento, reflete que muitas famílias não conseguem sair da *zona de conforto*, e existem outras fragilizações que acabam refletindo na perspectiva das famílias pela acomodação, desmotivando ou inibindo em buscar a saída da situação em que se encontram ao receber apenas o benefício, ou estar a ele muito vinculado.

Fez uma provocação, ao ser questionada quanto à priorização das compras, por básico ou supérfluos, indignou-se: *e se for utilizado nisso, qual o problema das famílias comprarem?* Não se deve vincular o valor da compra no recebimento do benefício, porque criticar as decisões dos beneficiários, onde todos têm o direito de comprar, independente da sociedade questionar que o beneficiário do PBF devam comprar apenas as necessidades básicas, tendo a percepção de muitos profissionais que questionam e condicionam a desigualdade da nossa sociedade nos fatores de compras. Todos têm o direito e assim perceber-se que “passaram a ser sujeitos de relativo empoderamento realizado por meio desse dispositivo de transferência direta de renda” (REGO e PINZANI, 2013, p. 21).

Não identificou no seu CRAS alguma família que tenha adquirido a autonomia do PBF, visto que muitos utilizam o trabalho informal para agregar valor, informando que os programas Novos Horizontes, em parceria com o SENAI⁹, e os cursos do PRONATEC¹⁰,

⁹ O programa é uma iniciativa do Sistema FIERGS por meio do SENAI-RS e SESI-RS e busca promover a inclusão social de jovens oriundos de famílias de baixa renda e vulnerabilidade social, visando à melhoria da

estão melhorando a qualidade ao contemplar a profissionalização das pessoas, incentivando-as a alavancar os seus conhecimentos e a escolaridade ao retornar os seus estudos, e entende que alguns acessos aos cursos são excludentes nesse enfoque, e existem situações difíceis decorrentes de mudança da cultura levando a acomodação. No CRAS buscam trabalhar com a motivação, contemplando uma renda extra, nos grupos e projetos. Ainda, considera importante a participação da mulher como beneficiária do programa, com poder de compra e poder de decisão, colocando-as como protagonistas das ações.

4.1.4 Contribuições

A média per capita está entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00 que são as famílias com direito ao PBF, totalizando em 6.485 famílias cadastradas. Considera que a inserção está no mercado de trabalho, confirmando o que já foi explicado por Rego e Pinzani (2013, p. 27) “a pobreza é definida em termos pela falta de conexão com o mundo do trabalho e da produtividade econômica” isso dá autonomia e traz respeito às pessoas com o emprego e renda, pontuando que o programa tem a sua importância para a melhoria das condições de quem não tem, mas que deve-se garantir a dignidade da pessoa humana, porém esses valores estão girando a economia do município.

4.2 Coordenação Municipal do PBF – Condicionante Frequência Escolar

A Coordenação Municipal do Programa Bolsa Família pela Educação (demanda Frequência Escolar), foi realizada a entrevistada em 23 de abril de 2014. Algumas informações a coordenação deixou para ser contempladas pelo coordenador municipal da Secretaria do Trabalho e Ação Social, pois o sistema em que trabalha está vinculado à condicionante educação – frequência, limitando o acesso a outros dados.

4.2.1 Informações sobre o PBF

qualidade de vida, através de ações que contribuam para sua formação pessoal e profissional. Disponível em: http://www.senairs.org.br/programas_inclusao_senai.asp?idArea=9&idSubMenu=29. Acesso: 29 Abr 2014.

¹⁰ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec>. Acesso: 29 Abr 2014.

A Demanda frequência escolar engloba as três Redes de Ensino (escolas municipais, estaduais e particulares), atualmente com 53 escolas cadastradas, visto que os beneficiários são famílias inseridas na sociedade estando esses estudantes matriculados em escolas públicas ou privadas, muitas vezes com bolsas de estudo. Existem nas escolas 5233 beneficiários, representando um número real, pois se pode contabilizar, ainda, outros beneficiários não localizados (estando em outro município ou que não estão estudando em idade escolar adequada) que totalizam 5842 contemplados pelo PBF no município.

A coordenação apontou uma *outra visão do programa, um olhar diferente dos diretores*. Em Cachoeira do Sul, hoje, ocorre índice elevado de frequência escolar e coleta (testagem dessa frequência), visto que as escolas estão comprometidas, e o gestor acessa ao sistema, de modo virtual, e comprometem-se com a frequência desses alunos, ainda justifica que os alunos do PBF evadem menos do que aqueles alunos que não recebem o benefício, seja por força do recurso financeiro, onde as famílias se empenham para que ele se mantenha na escola e como garantia de recebimento desse recurso.

A Secretaria do Trabalho e Ação Social (STAS), a Secretaria Municipal de Educação (SMEd) e a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) têm as condicionalidades e trabalham em sintonia para atingir os índices municipais, tendo como responsabilidade da educação em garantir a cada 2 meses, para atestar as frequências escolares junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS).

4.2.2 Perspectivas econômicas

Houve uma mudança na visão em relação ao programa, como a melhora da situação das famílias assistidas, visto que a renda que serve para melhorar a qualidade de vida é usufruída como complemento: compra de alimentos, material escolar, roupas adequadas devido ao acesso. Melhora a condição do comércio local, aumento das vendas, principalmente no armazém da esquina ou loja do bairro, considerando como pontos positivos, fomentar a localização comunitária desse comércio.

A gestora ratifica: *Vivemos em um mundo apelativo, e quando o bolsa é dado para melhorar a renda familiar, os órgãos competentes e o programa de governo dão direito às pessoas a terem o acesso. Dando sacola de alimentos, rancho, sacolão, condiciona e restringe a pessoa a comer aquilo que tu queres que ela coma, quando ela ganha essa autonomia em recurso, a pessoa faz a opção, tem o poder da tomada de decisão do que comer e aonde gastar, identificando a pessoa que ganha um auxílio com o direito de usufruir*

também outras modalidades de consumos, além das necessidades básicas, mas nunca negligenciando a estrutura familiar que consiste na alimentação, vestuário, material escolar, e assim, melhorando a qualidade de vida e a autoestima.

Explicou, ainda, que com o PBF as pessoas saíram da situação da pobreza e extrema pobreza, com autonomia, alavancaram para novas oportunidades, ou seja, com um celular, um tênis bonito, uma roupa adequada, considerando alguns supérfluos necessários para gerar a autoestima. Salienta que existem casos de pessoas que conseguiram sair do programa, mas não dispõe desses dados, visto que a educação está responsável pelo gerenciamento da condicionalidade frequência. Os recursos monetários e outras modalidades de recursos são gerenciados pelo MDS, Caixa Econômica Federal (CEF) e STAS, tendo o gerenciamento das informações macros, não tendo a educação um controle das famílias que não dependem mais do PBF.

4.2.3 Perspectivas sociais

A coordenação salienta a importância da posse do cartão do PBF ser das mulheres, que detêm o controle dos gastos e do núcleo familiar, por serem separadas, ao criarem filhos e netos, e elas não têm na maioria das vezes alguém com quem dividir essas despesas, servindo como ajuda de custo na estrutura familiar, na decisão de onde gastar, *a frente do gerenciamento da aplicação do dinheiro, pois essas situações são questões feminino-maternais* para a previsão do suprimento e demandas dentro da casa. Tal aspecto já foi enfatizado por Rego e Pinzani (2013, p. 19), ao afirmarem que o PBF impacta na “libertação da mulher, portanto da possibilidade da sua progressiva autonomização”

A coordenação apontou sobre o Comitê gestor, entre as três secretarias, com reuniões mensais, com foco em estratégias determinantes para o período, como palestras nos CRAS, grupos de mães, grandes encontros com os segmentos e atividades com os pais. Além de encontros específicos na educação em reuniões com diretores e orientadores para esclarecer e atualizar os dados para atingir melhor as famílias. Há um projeto de confecção de cartilhas ilustrativas que atinjam as famílias, para que as pessoas tenham o entendimento, e as crianças beneficiadas, saibam dos motivos pelos quais são cobradas, pois não sabem o porquê de estar na escola, muitas vezes vinculada ao recebimento dos recursos no programa de transferência de renda.

Na educação foi desmistificado o programa como apenas uma ajuda, porém vai além dessa simplória visão, pois objetiva melhorar a autoestima das pessoas e motivá-las a sair e

procurar um trabalho, a miséria e a pobreza faz com que as pessoas se sintam humilhadas e não veem perspectivas, e a sociedade é crítica e preconceituosa, segundo a percepção: se alguém vai até a sua casa mal vestida você não dará um emprego e impede o acesso ao emprego. Desmistificar em que o bolsa é uma ajuda que faz com que as pessoas se acomodem, esse cenário desencoraja as pessoas a buscar melhoria. A evasão e infrequência, como sintomas do reflexos como o estudante sem tênis adequado, vai a escola de chinelas havaianas no inverno enquanto os colegas de tênis, fica constrangido e afeta o desempenho escolar.

4.2.4 Contribuições

Há estudos junto ao MDS e MEC, que buscam uma nova condicionalidade, prevendo não apenas a frequência, mas será avaliada em conjunto o índice da aprendizagem. Para haver sucesso, no PBF a condicionalidade é a frequência, mas sabe-se que a aprendizagem será uma condicionalidade para o sucesso do aluno, não bastando apenas estar na escola, mas tem que ser efetivo, podendo contemplar curso técnico para a concorrência ao mundo do trabalho, entre outras oportunidades.

4.3 Coordenação Municipal – Condicionante Assistência Social

A Coordenação Municipal do Programa Bolsa Família pela Assistência Social foi realizada a entrevista em 25 de abril de 2014. Essa secretaria é considerada um dos atores principais desse programa de transferência de renda no município de Cachoeira do Sul em virtude da responsabilidade do programa ter o MDS como base para a efetivação dessa política pública. Nas outras entrevistas foi aponta essa coordenação como aquela que tem mais conhecimento e com maiores informações sobre o PBF.

4.3.1 Informações sobre o PBF

A coordenação informou que existem Três Pilares das Condicionalidades, sendo a Assistência, a Educação e a Saúde, onde cada secretaria faz a sua gestão e a assistência faz o controle maior. Os dados repassados foram de janeiro de 2014, tendo sido contempladas 9.930 famílias no CadÚnico, e não há recorte por CRAS, visto que a abrangência é para todo o

cadastro, tendo um número “x” desses por município. Não há recorte por região, o que na opinião do entrevistado *seria muito bom para focar nas políticas públicas*, e existem formulários impressos nos Centros de Referência onde estão a extrema pobreza e regiões de vulnerabilidade, com mais dados fidedignos para a realidade social no município.

Existem 4.169 famílias recebendo o PBF, mas esse número pode aumentar ou diminuir, de acordo com o descumprimento de alguma condição, quando o usuário deixa de receber em algum mês o benefício e retornando em outro, conforme o atingimento da condicionalidade, podendo o dado alterar muito a cada mês.

4.3.2 Perspectivas econômicas

Em Cachoeira do Sul no mês de abril o valor do repasse foi de R\$ 502.366,00 de acordo com o número de beneficiários e o cumprimento das condicionalidades, girando em torno de R\$ 6 milhões ao ano. Existem as famílias que estão trabalhando com as oficinas de descumprimento das condicionalidades, para identificar e analisar as dificuldades do porquê ocorre esse descumprimento, visando proporcionar o cumprimento e evitando que as famílias percam alguma condicionalidade, reduzindo assim o valor do benefício.

O valor médio está em torno de R\$ 126 reais por família, sendo o PBF um complemento na renda, para ajudar as famílias em situação de extrema pobreza ou em situação de pobreza no momento, e o coordenador considera o valor do repasse *bom* visto que ajudou mais de 40 milhões de famílias a sair da extrema pobreza através do plano Brasil sem miséria do governo federal, e o MDS consegue repassar o valor, como transferência direta de renda, dando autonomia aos usuários para tomar as decisões que considerar mais interessante, visto que utiliza na sua maioria o repasse do PBF em alimentação, vestuário, entre outros.

Aonde os usuários gastam o benefício? Explica que não há uma pesquisa nessa área, pesquisa social ou empírica, mas em depoimento das famílias que recebem o benefício, são gastos no armazém do bairro, supermercado, uma loja, o que fomenta a economia do nosso município, das localidades aonde residem, e os 6 milhões são muito importante para a cidade e faz girar a nossa economia.

4.3.3 Perspectivas sociais

No PBF, como um programa de transferência de renda, a família deseja escolher o que comprar, a necessidade entendida por aquela família, necessidade de desejo, podendo ser

um celular, hoje, *um objeto básico para a comunicação de um filho se comunicar com a mãe*, visando a necessidade básica do ser humano. Sendo que o objetivo do programa não é excluir, mas incluir todos os atores historicamente marginalizados, devido uma sociedade capitalista que sempre excluiu muito essas famílias, e o PBF tem a função de trazer os beneficiários à realidade ou convívio social, opina.

Existem famílias que conseguiram a sua autonomia, informa que são várias famílias que saíram do programa e alcançaram a independência financeira ou social, ainda entregam o cartão porque não necessitam mais do programa, *são dados nacionais, por conseguir emprego ou cursos do PRONATEC que conseguiram a autonomia através da renda, digno de uma pessoa*.

Para Rego e Pinzani (2013, p. 151) “os pobres são geralmente indivíduos sem educação e sem formação profissional, obrigados a exercer atividades mal remuneradas e não qualificadas”. Tal situação foi enfatizada pelo entrevistado ao referir-se à possibilidade de rejeição de trabalhos considerados como escravos, como uma faxina, *hoje há autonomia, tomada de decisão, em ficar naquele emprego tipo escravo para não ganhar R\$ 10,00 ou um par de tênis em um subemprego, entram no mercado de trabalho através do PRONATEC, se incluindo no sistema econômico e na sociedade, na moradia com o Minha Casa, Minha Vida, o programa sempre possibilita a autonomia*. Existem levantamentos de dados nacionais, a coordenação ficou de conseguir um percentual com os dados locais, onde as famílias acabam só não recebendo o benefício, não informando que estão aptas a saírem do programa, mas esses dados muitas vezes não constam na estatística.

4.3.4 Contribuições

Não há um programa de orientação financeira ou gestão financeira, pois existe a liberdade para escolher o que deseja fazer com o benefício, *como todos nós fazemos com os salários*, e existem cursos do PRONATEC para qualificar as pessoas beneficiárias do bolsa família, sendo específico para o PBF, e os projetos desenvolvidos nos CRAS. Ainda, sugeriu fazer um resgate histórico, uma contextualização antes do programa, a partir do ano de 1500, do período colonial, e como está o PBF, realizando uma linha do tempo até chegar ao bolsa família, perpassando pelos 300 anos de escravidão, os anos de ditadura, entre outros fatores que sempre influenciaram a desigualdade social em nosso país.

4.4 Discussão dos resultados

A partir das análises das entrevistas semiestruturadas com os coordenadores diretamente envolvidos com o Programa Bolsa Família em Cachoeira do Sul, percebeu-se que as informações do sistema são limitadas, inclusive entre os próprios gestores, fato que prejudica a análise sistêmica das realidades para entendimento local das realidades. Os eventos realizados por uma secretaria nem sempre se fundem às informações pertinentes a outra secretaria.

A falta de um recorte por Centro de Referência, no entendimento do entrevistador, limita a ação e a percepção das realidades apresentadas nas localidades, visto que todo resultado apresentado, representa o macro do município, prejudicando algumas ações localizadas ou entendimento dos locais onde o valor do repasse é absorvido pela economia regional.

As opiniões dos entrevistados são consonantes, quando são instigados na utilização do dinheiro do repasse, sendo a percepção de todos, de que esse programa de transferência de renda possibilita outros “olhares” sobre a autonomia financeira das famílias, “ao ganho de um sentimento precioso: a aquisição de mais respeitabilidade na vida local” (REGO e PINZANI, 2013, p. 17).

As sínteses das discussões dos resultados são: Limitação no acesso das informações; falta de um recorte por CRAS visando a identificação dos resultados; transferência direta de renda dá autonomia e respeitabilidade; liberdade na tomada de decisão do repasse da transferência de renda; e, promove a economia da região e da cidade.

Tradicionalmente, poder-se-ia entender que os gastos seguiriam a Pirâmide das Necessidades de Maslow (necessidades fisiológicas, de segurança, sociais, autoestima e auto realização), mas os gestores entendem que a tomada da decisão deve ser autônoma e de acordo com a sua vontade. A esse respeito, Rego e Pinzani (2013, p. 29) corroboram “considerado mero objeto de políticas públicas, não sujeito da política, sujeito político propriamente dito – e isso representa uma forma de perda da autonomia”, dissonante do PBF, que apropriam os beneficiários para que se sintam, inteiramente, inseridos em nossa sociedade, trazendo-lhes propriedade e liberdade em suas ações.

CONCLUSÕES

Com o estudo sobre o Programa Bolsa Família (PBF) em Cachoeira do Sul: as Percepções dos Gestores nesse Programa de Transferência de Renda, buscou-se aprofundar na

temática para entender a visão dos coordenadores desse programa, ou responsáveis pelas condicionantes, percebem como os beneficiários utilizam o valor repassado e se existe algum estudo pontual sobre como esse recurso está sendo utilizado, visto que o valor no município está em torno de R\$ 6 milhões, que tiram as pessoas da pobreza ou extrema pobreza, e afeta a economia local.

Para identificar a percepção dos gestores do Programa Bolsa Família (PBF) no impacto representativo na economia do município de Cachoeira do Sul, percebeu-se que no entendimento dos coordenadores esse valor traz autonomia financeira, o que possibilita um resgate da autoestima dos beneficiários, historicamente excluídos, perpassando pelo empoderamento da sua capacidade de criar novas perspectivas em sua família, expectativa de mudança social, e como consequência a movimentação do comércio, da sua localidade, ou na região comercial da cidade, como um cidadão.

Balizado pelos autores e material governamental, houve um aprofundamento no conhecimento sobre o Programa Bolsa Família (PBF), buscando entender a sua realidade em Cachoeira do Sul, e como esse programa de transferência de renda impacta na economia local. Existe muita propaganda sobre o PBF, que muitas vezes, não está refletida nas ações locais, como as famílias que já não utilizam mais esse benefício, onde se verifica na mídia essa informação, mas na realidade do município, ainda não foi apresentado pelos gestores.

Por intermédio da coleta de dados, na entrevista semiestruturada, pode-se identificar e descrever a percepção dos gestores sobre a importância do Programa Bolsa Família (PBF) na economia e nas mudanças sociais de Cachoeira do Sul, trazendo o beneficiário como protagonista social, com autonomia e propriedade nas tomadas de decisão que julgarem necessárias para a sua satisfação ou de sua família, visto que a prioridade para o recebimento do benefício, prioritariamente, deve ser a mãe, e representa a pessoa no núcleo familiar que produz o entendimento e as demandas dos integrantes do grupo.

Concluindo, percebe-se que esse programa de transferência de renda proporciona autonomia e protagonismo aos beneficiários, historicamente excluídos de todo o processo social, principalmente, produzindo a mudança de paradigma e proporcionando que os atores que recebem o benefício possam usufruir de acordo com as suas vontades, inclusive mudando o seu papel nas tomadas de decisão que a sociedade, de forma autoritária, tenta lhe atribuir. Esse valor surge como um complemento para tirar as famílias da pobreza ou extrema pobreza, podendo ter algumas falhas, principalmente no sistema de gestão ao repassar informações limitadas para os gestores, entretanto do ponto de vista social, aumenta a economia da região, através do ciclo comercial, mas sobretudo, proporciona autoestima e projeção de mudança

social aos beneficiários.

LIMITAÇÕES

As principais limitações na realização dessa pesquisa referem-se à impossibilidade de realização de todas as entrevistas propostas, em virtude da negativa dos demais coordenadores do PBF em Cachoeira do Sul, bem como o caráter ideológico dos envolvidos na gestão desse programa de transferência direta de renda, podendo haver distorções nas suas percepções. Ainda, a subjetividade do método de coleta de dados, que é próprio das ciências sociais, mas que deve ser considerado na análise dos resultados.

RECOMENDAÇÕES DE ESTUDOS

Recomenda-se a continuidade desse estudo, tendo como foco da coleta de dados os beneficiários do programa, fazendo uma entrevista semiestruturada ou um questionário fechado, para identificar com os principais interessados essa percepção, dando direito de “voz” a população alvo, tratando os como protagonistas do Programa Bolsa Família.

Assim como propor estudos avançados de impactos sociais, políticos, econômicos, epistemológicos, culturais, tendo como referência outra cidade, visando a confrontação dos resultados alcançados para pontuar melhorias na efetivação das políticas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica NOB – SUAS**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, 2012a.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Caderno de Orientações sobre o índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social/Dep. Gestão do SUAS, 2012b.

BRASIL, Tribunal de Contas da União. **Orientações para conselhos da área de assistência social**. 2 ed. atual. e ampl. Brasília: TCU, 4ª Secretaria de Controle Externo, 2009.

BRASIL, Tribunal de Contas da União. **Orientações para conselhos da área de assistência social**. 3 ed. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social, 2013, 276 p.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HAIR JR, Joseph F.; BABIN, Barry; MONEY, Arthur H.; SAMOUEL, Philip. **Fundamentos e Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

REGO, Walquiria L.; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

ROCHA, Sonia. **Transferência de renda: o fim da pobreza**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SANTOS, Maria P. Gomes dos. **O Estado e os problemas contemporâneos**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, UAB, 2009.

ZANELLA, Liane C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009, 164 p.

ANEXO A – Roteiro para a entrevista semiestruturada

Nome Completo: _____
Função: _____ Período de experiência no cargo: _____
Formação: _____

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM CACHOEIRA DO SUL: AS PERCEPÇÕES DOS GESTORES NESSE PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Objetivo Geral: Identificar a percepção dos gestores do Programa Bolsa Família (PBF) e o impacto representativo na economia do município de Cachoeira do Sul.

ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
1) Quantos usuários estão escritos no CadÚnico no seu (sua) CRAS (Secretaria)?
2) Quantos beneficiários do PBF estão cadastrados no seu (sua) CRAS (Secretaria)?
3) Quantos reais, através do PBF, circulam no seu (sua) CRAS (Secretaria)?
4) Você sabe identificar onde esse dinheiro é gasto?
5) Você considera que esse valor é suficiente para suprir as necessidades das famílias beneficiadas?
6) Você sabe mensurar os gastos com necessidades básicas ou com supérfluos, no seu (sua) CRAS (Secretaria), os usuários produzem?
7) No seu (sua) CRAS (Secretaria) tem algum caso de família beneficiada pelo PBF e que conseguiu sua autonomia e pode cancelar o benefício? E como está a sua situação econômica?
8) Existe algum projeto desenvolvido no seu (sua) CRAS (Secretaria) para agregar renda as famílias beneficiadas?
9) Qual a média per capita do PBF no seu (sua) CRAS (Secretaria)?
10) Existe algum programa de orientação financeira no seu (sua) CRAS (Secretaria) para que as famílias beneficiadas possam usufruir o dinheiro recebido do PBF com melhor qualidade?
11) Existe alguma contribuição que, você entrevistado, gostaria de acrescentar nessa entrevista semiestruturada, pertinente ao objetivo geral?

Observação 1: para os coordenadores dos Centros de Referência de Assistência Social responder os questionamentos referentes ao CRAS;

Observação 2: para os das secretarias responder os questionamentos referentes ao dados gerais das pastas;